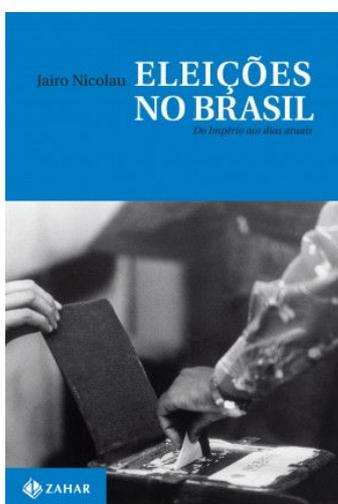


RESENHA

NICOLAU, Jairo Marconi. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

## A história das eleições brasileiras: do império à festa da democracia

TIAGO VALENCIANO\*



Em “Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais” (2012), Jairo Marconi Nicolau brinda os leitores com um balanço histórico sobre as

eleições que ocorreram no país desde 1824. Considerando as publicações do autor, o livro pode ser considerado como um complemento a outro do mesmo gênero: *História do voto no Brasil*, publicado em 2002. Ambos traduzem uma preocupação de Nicolau em solidificar as pesquisas sobre o sufrágio e as eleições, enfatizando a democracia com seus atores e eleitores – os primeiros, presentes na história política do país, determinando quando votar, quem pode votar e, às vezes, como votar.

O livro está dividido em seis capítulos, obedecendo aos períodos em que as experiências eleitorais ocorreram: Império (1824-1889), Primeira República (1889-1930), Anos 1930 ao Estado Novo (1945), término do Estado

Novo ao golpe militar de 1964, o regime militar (1964-1985) e a democracia atual, contemplando o período iniciado em 1985 até 2012.

De saída, o autor elenca uma série de questões que ajudam a compreender os capítulos subsequentes. Tais questões contemplam temas como os cargos eletivos, o voto dos analfabetos, o alistamento eleitoral, a participação das mulheres, o voto aberto *versus* voto secreto e a garantia das minorias nos sistemas eleitorais. Estas questões ajudam a entender o objetivo do livro: como estas perguntas foram respondidas ao longo da história política brasileira por quem organiza(va) as eleições, isto é, o passo a passo da formação dos sistemas políticos e eleitorais do país perpassam necessariamente pela indagação: quem tem o direito de escolher?

No primeiro capítulo, há um preâmbulo sobre as eleições antes da independência brasileira. Por meio das Ordenações Filipinas de 1603, os chamados “homens bons” (membros da elite local) e o “povo” (que não pertenciam à categoria anterior) elegiam os juízes, vereadores e procuradores locais. Após a emancipação política, a Câmara Municipal se tornou o local de primeiro acesso da população à política, que elegia os vereadores – até os dias de

hoje considerados os “representantes do povo” nos parlamentos locais. O voto neste período era indireto, no qual cada paróquia elegia certo número de eleitores que iriam, em seguida, participar dos distritos eleitorais, com os votos apurados nas capitais dos estados. O voto indireto foi mantido durante o império e o alistamento eleitoral era restrito, já que o eleitor necessitava de algumas qualificações pessoais para o exercício do voto. Outra característica enfatizada pelo autor diz respeito aos sistemas eleitorais utilizados, alternando-se em maioria simples (mais votados da província ou do distrito se elegiam, vigorando de 1824 a 1854, de 1860 a 1880) e maioria absoluta (se os candidatos não obtivessem ao menos 50% dos votos, uma nova eleição ocorria, vigorando de 1885 a 1859 e de 1881 a 1889).

Já no segundo capítulo, há o destaque do período da Primeira República, que durou de 1889 a 1930. No contexto político nacional, a Proclamação da República é marcada via constituição de 1891 pela divisão do Congresso Nacional em Câmara dos Deputados e Senado Federal – esta preservada até hoje. Outro destaque fica por conta das eleições nos Estados que não somente denominavam seus governantes como Presidente ou Governador, mas também utilizam de um sistema eleitoral diferente para a eleição do chefe do poder executivo estadual, de acordo com a localidade.

Como advento do Estado Novo em 1930 (durando até 1945), os políticos eleitos no período anterior foram destituídos do poder, abrindo espaço para uma nova constituinte – a de 1934, e para as novas ideias implementadas quanto ao voto: a obrigatoriedade, a proporcionalidade e a participação feminina. A obrigação do voto tornou-

se realidade, presente (e porque não discutida?) até a atualidade; o sistema eleitoral proporcional para o legislativo marcou o código eleitoral de 1932, algo inovador para a época; e a participação das mulheres através do voto ratifica as importantes mudanças do período demonstradas por Nicolau.

Abarcando o fim do Estado Novo até o golpe militar de 1964, o quarto capítulo destaca as mudanças no universo partidário e a evolução do eleitorado brasileiro no período. A galeria de imagens contida no capítulo nos traz os diferentes modelos de título de eleitor utilizados no Brasil, bem como as cédulas eleitorais, suas medidas e usos nas eleições. As cédulas sumiram com a expansão das urnas eleitorais, presentes a partir de 1996 nas eleições e empregadas desde 2000 em todo o território nacional; por outro lado, o título de eleitor ainda permanece, mas tende a desaparecer com a identificação biométrica, processo recente e que visa identificar o eleitor via digital.

O quinto capítulo busca relatar as eleições no regime militar que durou até 1985. Neste ínterim, os Atos Institucionais foram fundamentais para o destino das eleições e do sistema político do país. Assim, destacamos a quantidade de deputados cassados pelos militares, as eleições indiretas e o bipartidarismo. Do primeiro, o gráfico 4 nos mostra os deputados cassados, chegando ao expressivo número de 79 em 1969. Quanto às eleições indiretas, salientamos os presidentes eleitos pelo congresso nacional, prática utilizada pela última vez em 1985. Por fim, o bipartidarismo talvez seja o traço mais significativo do período, reduzindo à ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) a disputa política, esta encerrada no início da

década de 1980 com o ressurgimento do multipartidarismo.

No sexto e último capítulo, a democracia atual é evidenciada a partir da nova constituinte de 1988. Logo, o autor nos revela as principais características do atual sistema político-eleitoral e do voto: Presidente e todos os cargos eleitos por voto direto; o Congresso Nacional com duas casas legislativas; escolha dos Deputados Federais, Estaduais e Vereadores por quatro anos no sistema proporcional; Senadores eleitos majoritariamente e renovando 1/3 e 2/3 do Senado a cada oito anos, alternadamente; e, exceto o caso dos Senadores, mandatos com duração de quatro anos, podendo apenas uma renovação para os cargos de Presidente, Governador e Prefeito.

Vale ressaltar que o sufrágio universal brasileiro, amparado por eleições garantidas a cada dois anos e pela eficiência da urna eletrônica rendeu ao Brasil uma posição destacada no cenário mundial quanto à prática da democracia representativa. Estes

aspectos aliados à presença dos eleitores nas eleições sinalizam um caminho promissor para a experiência democrática brasileira – apesar do personalismo político, alta fragmentação partidária e pouco envolvimento do eleitorado nas campanhas políticas.

O livro de Nicolau preenche uma lacuna existente para os pesquisadores das eleições, do voto, da política e, sobretudo, da democracia no país: a falta de um trabalho enxuto, porém com relevante teor formativo e informativo para àqueles que buscam descobrir o panorama eleitoral do Brasil. Além disso, a divisão histórica por períodos e a linguagem acessível fazem de “Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais” um excelente “manual” para consulta, apontando novos horizontes para pesquisas quanto ao executivo, legislativo e participação política.

*Recebido em 2013-02-23  
Publicado em 2013-05-13*

---

\* **TIAGO VALENCIANO** é Doutorando em Sociologia pela UFPR.